

CONCILIAÇÃO DE TIMOR-LESTE COM A AUSTRÁLIA RELATIVAMENTE ÀS FRONTEIRAS MARÍTIMAS

A 11 de abril de 2016, o Governo de Timor-Leste iniciou um processo de conciliação obrigatória com a Austrália, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), administrado pelo Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA). Ao longo deste processo, a Comissão de Conciliação reuniu regularmente com Timor-Leste e com a Austrália, com o objetivo de chegar a um acordo sobre fronteiras marítimas. A 1 de setembro de 2017, o Tribunal Permanente de Arbitragem anunciou que Timor-Leste e a Austrália chegaram a um acordo de princípio em relação aos elementos centrais de um acordo sobre fronteiras marítimas.

O que é a conciliação obrigatória?

A conciliação obrigatória é um procedimento no âmbito da CNUDM, através do qual um painel de conciliadores ajuda os Estados envolvidos a chegarem a uma resolução amigável para a sua disputa.

Este procedimento pode ser utilizado em circunstâncias em que Estados vizinhos não conseguem chegar a acordo e um dos Estados emite uma declaração recusando a jurisdição de órgãos de resolução vinculativa de disputas sobre fronteiras marítimas.

A conciliação é conduzida por um painel de cinco conciliadores independentes, conhecido por Comissão de Conciliação. A Comissão procura entender os factos e a posição legal de cada Estado.

Timor-Leste é o primeiro país no mundo a iniciar procedimentos de conciliação obrigatória no âmbito da CNUDM.

O que se conseguiu na conciliação?

Audiências: A primeira audiência processual da conciliação teve lugar em Haia, no dia 28 de julho de 2016. Um mês depois, a 29 de agosto de 2016, teve lugar uma audiência aberta, onde Timor-Leste e a Austrália apresentaram publicamente as suas posições em Haia. Esta reunião foi transmitida em direto através do portal eletrónico do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Competência: A Austrália disputou a competência da Comissão (ou seja, a legalidade dos procedimentos) a 31 de agosto de 2016. Porém, a Comissão decidiu por unanimidade que tem a competência (ou "a jurisdição") para ouvir a disputa e anunciou publicamente a sua decisão a 26 de setembro de 2016.

Denúncia do Tratado CMATS: Realizaram-se reuniões adicionais em Singapura, com início a 13 de outubro de 2016. No curso destas reuniões os Governos de Timor-Leste e da Austrália acordaram um pacote integrado de medidas para criar condições com vista à concretização de um acordo sobre fronteiras marítimas definitivas. Como parte desse pacote, Timor-Leste notificou a Austrália da sua vontade em denunciar o Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS) de 2016, um tratado provisório de partilha de recursos. O tratado deixou de estar em vigor a 10 de abril de 2017, três meses após a data de notificação. No seguimento da denúncia do Tratado CMATS, ambas as partes concordaram que o Tratado do Mar de Timor de 2002 e o seu respetivo quadro regulador manter-se-ão em vigor na sua forma original. Isto dará certeza aos investidores petrolíferos enquanto se determinam fronteiras definitivas.

Desistência de outros processos jurídicos: Como parte do pacote integrado de medidas, para abrir caminho para as negociações sobre fronteiras marítimas, Timor-Leste desistiu de dois processos

de arbitragem contra a Austrália, relativos à jurisdição tributária e à alegada espionagem durante a negociação do Tratado CMATS.

Negociações sobre fronteiras marítimas: Timor-Leste e a Austrália assumiram o compromisso histórico de negociar fronteiras marítimas permanentes sob os auspícios da Comissão de Conciliação, anunciado através de uma declaração conjunta a 9 de janeiro de 2017. A Comissão convocou reuniões adicionais em janeiro de 2017, em Singapura, com vista a explorar as posições de ambos os países sobre o local onde consideram que deve ser definida a fronteira marítima no Mar de Timor.

Acordo de princípio: A 30 de agosto de 2017, durante as reuniões de conciliação que tiveram lugar em Copenhaga, Timor-Leste e a Austrália alcançaram um acordo de princípio sobre os elementos centrais de delimitação de fronteiras marítimas. Esta data é de importância simbólica para Timor-Leste já que assinala o 18º aniversário do referendo que levou à independência do país. O acordo de Copenhaga, para além de delimitar as fronteiras marítimas, aborda ainda o estatuto legal do campo de gás do Greater Sunrise e o estabelecimento de um regime especial para o Greater Sunrise, um caminho para o desenvolvimento desse recurso e disposições sobre a partilha da receita resultante.

Quais são os próximos passos?

Acordo final: Timor-Leste e a Austrália esperam poder concluir os elementos finais do acordo, num encontro a ter lugar em outubro de 2017. Espera-se que o acordo final possa ser assinado antes do final de 2017.

O relatório da Comissão: Após a conclusão do processo de conciliação, a Comissão de Conciliação remeterá um relatório ao Secretário-Geral das Nações Unidas, no cumprimento das suas obrigações, de acordo com o Anexo V do CNUDM, que estabelecerá os elementos do acordo entre as Partes.

E a Indonésia? A Indonésia não toma parte no processo de conciliação em curso, uma vez que estes procedimentos apenas dizem respeito ao estabelecimento de fronteiras entre Timor-Leste e a Austrália. O resultado final da conciliação não afetará os direitos marítimos da Indonésia.

A Indonésia e Timor-Leste já concordaram em negociar bilateralmente as suas fronteiras marítimas em conformidade com o direito internacional e essas discussões já tiveram início.

Para mais informações sobre o procedimento de conciliação é favor visitar o portal eletrónico do TPA em <https://pcacases.com/web/view/132>